

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAC
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - CGPG
PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO

**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FACULDADES DE DIREITO COMO
INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

CRISTIANO JOSÉ DE AZEVEDO MOREIRA 207859

Recife

2012

CRISTIANO JOSÉ DE AZEVEDO MOREIRA

**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FACULDADES DE DIREITO COMO
INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Direito Processual da Universidade Católica de Pernambuco como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Direito sob a orientação do Professor Pós-Doutor Roberto Wanderley Nogueira.

Linha de Pesquisa: Jurisdição e Direitos Humanos.

Recife

2012

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAC
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - CGPG
PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO

**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FACULDADES DE DIREITO COMO
INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

CRISTIANO JOSÉ DE AZEVEDO MOREIRA

Dissertação defendida e aprovada no dia 21 de setembro de 2012 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Professor Pós-Doutor Roberto Wanderley Nogueira
Orientador

Professor Doutor Sérgio Torres Teixeira
Examinador Interno – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Professora Doutora Francisca Clara de Paula Oliveira
Examinador Externo – Universidade Regional do Cariri - URCA

AGRADECIMENTOS

Às minhas irmãs, especialmente à irmã mais velha, a quem dedico este trabalho, por sua paciência e compreensão durante a elaboração deste trabalho. Aos meus pais, José Albino Guimarães Moreira (in memoriam) e Maria do Perpétuo Socorro de Azevedo Moreira, exemplos de amor incondicional a um filho.

Aos meus pais José Albino Guimarães Moreira (*in memoriam*) e Maria do Perpétuo Socorro de Azevedo Moreira, exemplos de amor incondicional a um filho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser o Senhor do Universo e responsável pela obra maior, o dom da vida, razão de nossa existência, de nosso dia após a dia, de estarmos sempre preparados para vencer os desafios que nos são colocados.

Aos meus pais, que, através de um gesto, foram capazes de me dar uma vida, me dar um lar e poder proporcionar uma educação sólida para me tornar um ser humano capaz de herdar todos os seus ensinamentos, em especial, o respeito ao próximo.

A minha amiga e esposa dedicada Kátia Rejane, pelo seu amor, companheirismo empreendedor, sempre incentivadora de meus anseios profissionais, foi, sem dúvida alguma a maior responsável pela busca incansável na conclusão do presente trabalho. Sua renúncia conjunta e espera pelo término do curso são dignas de valoroso agradecimento, convertido em prova de amor.

A minha família, em especial minhas 3 irmãs e meus 3 cunhados, Virginia e Ilo, Zita e Celso e Helena e Mário, razão conjunta de meu retorno do Ceará à terra natal, Recife, para, mesmo que afastado com os estudos da pós-graduação, poder compartilhar do convívio de todos.

A minha primogênita Emilia Virginia e a caçula Cecilia Maria, pelos bons momentos felizes e de descontração que me proporcionaram durante os vinte e quatro meses de duração do Mestrado, os quais, sem, eles tornaria mais árdua a caminhada para chegar até aqui.

Ao meu sogro Paulo e minha sogra Socorro pelo apoio financeiro nessa jornada e também por se orgulharem de mim e me tratarem como um filho.

Aos amigos e colegas de trabalho com os quais pude dividir opiniões, colher sugestões, receber críticas e elogios que só vieram a somar para a feitura de minha Dissertação.

Ao Núcleo de Prática Jurídica do Campus Iguatu da Universidade Regional do Cariri-URCA, o qual tive a oportunidade de coordenar e ter a rica experiência para transmitir conhecimento aos alunos e ao mesmo tempo ouvir as suscitações da população carente do município de Iguatu, desassistido de uma Defensoria Pública Estadual durante todo o ano de 2008.

A Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO, por acreditar em meu trabalho e me confiar a disciplina de Prática Jurídica I, no Núcleo de Prática Jurídica, onde posso

continuar a atender junto com meus alunos, pessoas carentes de minha cidade que vão em busca de uma solução para os seus problemas.

Ao meu orientador e professor da disciplina de Direito Inclusivo e Cidadania, Roberto Wanderley, homem sábio, culto e sensível, que, com sua paciência e tranquilidade, soube direcionar-me aos ajustes necessários para o fim de meu trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

O aumento considerável dos cursos de graduação no Brasil trouxe uma nova perspectiva para o aluno egresso do ensino de 2º grau, que passa a ter um leque de opções na tentativa de ingressar em uma instituição de ensino superior. Com os cursos de Direito não foi diferente. São centenas de cursos espalhados pelo território nacional tentando proporcionar um estudo alicerçado no positivismo, no uso da lei, fazendo-se pensar e conseguindo convencer a muitos que ela, a lei, é a única fonte do Direito. Braço direito dos cursos das Ciências Jurídicas (e muitas vezes a sua vitrine), o Núcleo de Prática Jurídica é o instrumento de real garantia da defesa dos direitos de uma parcela da população desprovida de condições sócio-econômicas para constituir um profissional da advocacia capaz de satisfazer seus anseios de cidadão, ou pelo menos, amenizar a angústia de seus problemas. Com efeito, o trabalho desenvolvido por alunos e professores é de suma importância para o aprendizado, de um lado, e para a formação de cidadania, do outro. E esse trabalho quando é realizado por uma Faculdade de Direito instalada fora de uma capital e sua região metropolitana, aumenta consideravelmente sua indispensabilidade no seio de uma sociedade organizada. No interior, diferentemente da capital, prevalece a desinformação, aliada à falta de estudo, oportunidades e compreensão da lei, tornando o atendimento aos assistidos uma verdadeira palestra sobre direitos e cidadania, buscando sempre uma linguagem acessível, desprovida de vocábulos jurídicos, o “juridiquês”, como forma de melhor absorção por aquele que merece um mínimo de dignidade humana, tal como previsto em nossa Carta Magna. O presente estudo pretende abordar a temática do professor-advogado em seu trabalho no ensino e atendimento à população juntamente com seus alunos e a satisfação (ou não) de poder ter a consciência da resolução dos “problemas humanos” da população assistida.

Palavras-chave: Faculdade de Direito, Núcleo de Prática Jurídica, Dignidade.

ABSTRACT

The considerable increase of graduate courses in Brazil brought a new perspective to the student from the teaching of 2^o grade, which is replaced by a range of options in an attempt to enter an institution of higher education. With the courses of Law was no different. There are hundreds of courses across the country trying to provide a study grounded in positivism, in the use of the law, being made thinking and being able to convince many that she, the law, and the only source of law. Right arm of the courses of Legal Science (and often their showcase), the core of legal practice and the instrument of real guarantee of defense of the rights to a portion of the population lacks of socio-economic conditions to be a professional lawyer able to satisfy their longing for citizen, or at least, ease the anguish of their problems. In fact, the work done by students and teachers is of paramount importance in the learning, on the one hand, and for the formation of citizenship, of another. And this work is carried out by a Law School located outside of a capital and its metropolitan region, considerably increases its indispensability in the womb of an organized society. Inside, unlike the capital, the prevailing misinformation, combined with the lack of study, opportunities and understanding of the law, making care for assisted a real lecture on rights and citizenship, always seeking an accessible language, devoid of legal words, the "legalese" as a way of better absorption by the one who deserves a minimum of human dignity, as provided for in our Magna Carta. This study intends to address the topic of teacher-lawyer in his work in teaching and assisting the population together with their students and the satisfaction (or not) to be able to have the conscience of the resolution of "human problems" of the population served.

Keywords: Law School, Practice Legal Nucleus, Dignity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - O ACESSO À JUSTIÇA	13
1.1 O Estado e o contexto jurídico da jurisdição.....	13
1.2 Uma concepção mais ampla de acesso à justiça.....	14
1.3 A importância do amplo e irrestrito acesso ao Judiciário.....	16
1.4 A contextualização do acesso à justiça.....	17
1.5 A Fundamentação constitucional do acesso à justiça.....	19
1.5.1 O Direito de acesso à justiça na Constituição Federal de 1988.....	20
1.5.2 A Garantia constitucional do direito de ação.....	21
1.5.3 O direito de ação na Constituição de 1988.....	23
1.5.4 Eficácia e aplicabilidade desse direito na Constituição da República Federativa do Brasil.....	26
1.6 A assistência judiciária gratuita e a Defensoria Pública como forma de acesso à justiça.....	28
CAPÍTULO 2 - O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	30
2.1 Conceito.....	30
2.1.1 Os direitos fundamentais e o estado de direito.....	31
2.1.2 A dignidade da pessoa humana inserida no constitucionalismo contemporâneo.....	33
2.2 A dignidade da pessoa humana como princípio.....	35
2.3 A Dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e a proximidade entre ambos.....	44
2.4 O conceito material dos direitos fundamentais no texto constitucional e o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento de referidos direitos.....	47
2.5 A (in)formação do cidadão comum e os cursos jurídicos.....	50
CAPÍTULO 3 - O ENSINO NOS CURSOS DE DIREITO NO BRASIL	52
3.1 A problemática do ensino superior: o poder dos poderes.....	52
3.2 O Projeto pedagógico nas Faculdades de Direito.....	54
3.2.1 A Pedagogia mal aplicada do Direito.....	60
3.2.2 O Curso de Direito visto como um (bom) investimento.....	65
3.3 A formação e informação do professor do curso de Direito.....	70
3.4 A integração do Curso de Direito com a população desassistida.....	74
CAPÍTULO 4 - OS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA E O SEU PAPEL SOCIAL	76
4.1 O Núcleo de Prática Jurídica e sua utilidade.....	76

4.2 Atividades desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica.....	78
4.3 O teor da Resolução 09/2004 do Conselho Nacional de Educação.....	80
4.4 Para onde caminham os cursos jurídicos.....	84
4.5 A Formação humanística do estudante de Direito.....	87
4.6 Os assistidos do Núcleo de Prática Jurídica.....	90
CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS.....	101